



PROCESSO : 25.559-9/2020 (AUTOS DIGITAIS)  
ASSUNTO : TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA  
UNIDADE : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA  
RESPONSÁVEL : ASIEL BEZERRA DE ARAUJO – EX – PREFEITO  
MARCELO ALÉCIO COSTA – EX-SECRETÁRIO DE SAÚDE  
RELATOR : CONSELHEIRO DOMINGOS NETO

### PARECER Nº 3.690/2023

TOMADA DE CONTAS. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA. EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NÃO SANADA. ALEGAÇÕES FINAIS. APLICAÇÃO DO ART. 110 DO RITCE/MT. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS NOVOS. REITERAÇÃO DO PARECER Nº 1.408/2023. MANIFESTAÇÃO PELO JULGAMENTO REGULAR COM MULTAS E RECOMENDAÇÃO.

## 1. RELATÓRIO

1. Cuidam os autos de **tomada de contas ordinária**, instaurada após a conversão de representação de natureza externa formalizada pela Controladoria Interna do Município de Alta Floresta, relatando irregularidades na realização do Pregão Presencial nº 013/2020, cujo objeto era com o objeto de locação de software para gestão em saúde pública no município de Alta Floresta.

2. Em análise dos fatos relatados pela Controladoria Interna, a Secretaria de Controle Externo de Contratações Públicas elaborou **relatório técnico preliminar**<sup>1</sup>, e

---

1 Documento digital nº 279529/2020



concluiu pela ocorrência das seguintes irregularidades:

3. **FABIO MARQUES DOS SANTOS** - RESPONSÁVEL / Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

4. **1) GB13 LICITAÇÃO\_GRAVE\_13.** Ocorrência de irregularidades nos procedimentos licitatórios (Lei 8.666/1993; Lei 10.520/2002; legislação específica do ente).

5. **1.1)** O balizamento de preços presente na pesquisa foi realizado de forma a "fabricar" um valor maior que o de mercado, que consequentemente permitiu que o certame fosse realizado com sobrepreço. - Tópico - 3. DA ANÁLISE DOS FATOS REPRESENTADOS

6.

7. **MARCELO DE ALECIO COSTA** - SECRETÁRIO (TITULAR DO ÓRGÃO) / Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

8. **2) GB03 LICITAÇÃO\_GRAVE\_03.** Constatação de especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que restrinjam a competição do certame licitatório (art. 40, I, da Lei 8.666/1993; art. 3º, II, da Lei 10.520/2002).

9. **2.1)** A exigência de que o sistema se utilize de banco de dados local e não web vem sendo tratada sistematicamente neste Tribunal como sendo uma característica de direcionamento da licitação para determinada empresa e restrição à competitividade do certame. - Tópico - 3. DA ANÁLISE DOS FATOS REPRESENTADOS

10.

11. **FABIO MARQUES DOS SANTOS** - RESPONSÁVEL / Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

12. **MARCELO DE ALECIO COSTA** - SECRETÁRIO (TITULAR DO ÓRGÃO) / Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

13. **3) GB06 LICITAÇÃO\_GRAVE\_06.** Realização de processo licitatório ou contratação de bens e serviços com preços comprovadamente superiores aos de mercado – sobrepreço (art. 37, caput, da Constituição Federal; art. 43, IV, da Lei nº 8.666/1993).

14. **3.1)** Verifica-se que o houve um acréscimo no valor 39,32% da nova contratação em relação ao valor anteriormente pago à mesma empresa contratada na licitação anterior. - Tópico - 3. DA ANÁLISE DOS FATOS REPRESENTADOS

15.

16. **ASIEL BEZERRA DE ARAUJO** - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

17. **MARCELO DE ALECIO COSTA** - SECRETÁRIO (TITULAR DO ÓRGÃO) / Período: 01/01/2020 a 31/12/2020



18. 4) **JB02 DESPESAS\_GRAVE\_02**. Pagamento de despesas referente a bens e serviços em valores superiores ao praticado no mercado e/ou superiores ao contratado superfaturamento (art. 37, caput, da Constituição Federal; art. 66 da Lei 8.666/1993).

19. 4.1) Constata-se pagamento com superfaturamento de R\$ 40.105,59 no valor da nova contratação em relação à contratação anterior. - Tópico - 3. DA ANÁLISE DOS FATOS REPRESENTADOS

20.

21. Em observância dos ditames do contraditório e da ampla defesa, os responsáveis foram citados<sup>2</sup>.

22. Em resposta, apenas o **Sr. Fábio Marques dos Santos**, Funcionário Público Municipal, veio aos autos e apresentou defesa, por outro lado, tanto o **Sr. Asiel Bezerra de Araújo** (Ex-Prefeito), como o **Sr. Marcelo Alécio Costa** (Ex-Secretário Municipal de Saúde), deixaram de se manifestar e tiveram sua revelia declarada por meio do **Julgamento Singular nº 962/DN/2021**<sup>3</sup>.

23. Mediante **relatório técnico conclusivo**<sup>4</sup>, a equipe de auditoria manifestou-se pela **permanência dos achados de auditoria GB03 (2.1) e JB02 (4.1)**, assim como pelo saneamento dos demais apontamentos, com aplicação de multa e emissão de determinação para restituição de valores.

24. Os responsáveis foram notificados para apresentação de **alegações finais**<sup>5</sup>, contudo, deixaram transcorrer o prazo *in albis*.

25. Por fim, os autos vieram ao Ministério Público de Contas para análise e emissão de parecer, o que se deu por meio do Parecer nº 646/2022<sup>6</sup>, onde se opinou pela **irregularidade da Tomada de Contas Ordinária**, ante a manutenção dos **achados de auditoria GB03 (2.1) e JB02 (4.1)**, com aplicação de multa e emissão de determinação para restituição de valores.

26. Contudo, após a manifestação ministerial, o **Conselheiro Relator**<sup>7</sup>

2 Documento digital nº 98443/2021, 98444/2021 e 98449/2021

3 Documento digital nº 181033/2021

4 Documento digital nº 191101/2021

5 Doc. Digitais nº 257082 e 262150/2021

6 Documento digital nº 21011/2022

7 Documento digital nº 167022/2022



chamou o feito à ordem, porquanto identificou que os responsáveis inicialmente indicados para responder pela **irregularidade JB02 (4.1)** nos autos da Representação de Natureza Interna nº 42.638-5/2021, apensada a presente Tomada de Contas Ordinária em razão da conexão, não haviam sido apontados como responsáveis nestes autos, tampouco haviam sido citados para o exercício ao contraditório e ampla defesa.

27. Por tal razão, considerando as divergências entre os relatórios técnicos, o Conselheiro Relator determinou o retorno dos autos a unidade técnica, para que se **retomasse a discussão em relação ao apontamento JB02 (4.1)**, observando a formulação do apontamento com a citação de todos os responsáveis envolvidos neste fato irregular.

28. Ato contínuo, os autos foram encaminhados a unidade técnica, que elaborou **relatório técnico complementar**<sup>8</sup>, onde reiterou sua posição quanto aos **achados nºs 01, 02 e 03** desta Tomada de Contas Ordinária – TCO, acrescentando **a readequação ao achado nº 04**, em observância à decisão do Conselheiro Relator, concluindo nos seguintes termos:

29.

30. (...)

31. Assim, após a adequação do Achado nº 04 (item 3.4), **sugere-se ao Conselheiro Relator a citação** do Sr. Asiel Bezerra de Araújo - Ordenador de Despesas, do Sr. Odair José Batista – responsável por atestar o serviço, do Sr. Marcelo de Alécio Costa – Secretário Municipal de Saúde e da E C ZOCANTE & CIA LTDA - empresa contratada, **para responderem pela irregularidade** a seguir:

32.

33. **JB 01. Despesa Grave\_01.** Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15, da Lei Complementar nº 101/2000; art. 4º, da Lei nº 4.320/1964).

34. Pagamento por serviços não prestados no valor de R\$ 40.405,59, referente à implantação, customização, treinamento e conversão de base de dados do Contrato nº 15/2020, sendo esse mesmo serviço já estava contratado e sendo prestado por meio do Contrato nº 70/2018 com a mesma empresa E C ZOCANTE & CIA LTDA. (grifou-se)

35.

8 Documento digital nº 198534/2022



36. Após a manifestação técnica, o Conselheiro Relator oficiou os 04 (quatro) responsáveis, quais sejam, **Sr. Asiel Bezerra de Araújo** (Ex-Prefeito de Alta Floresta)<sup>9</sup>; **Sr. Marcelo de Alécio Costa** (Ex-Secretário Municipal Saúde)<sup>10</sup>; à empresa **E C ZOCANTE & CIA LTDA**<sup>11</sup>; e o **Sr. Odair José Batista** (Servidor da Prefeitura)<sup>12</sup>, os quais apresentaram suas respectivas manifestações.

37. Por fim, a unidade técnica elaborou o derradeiro **relatório técnico complementar**<sup>13</sup>, onde se manifestou pelo julgamento regular com ressalvas, ante o **saneamento e modificação de seu entendimento relativo ao Achado nº 04**, reiterando sua posição quanto aos achados nºs 01, 02 e 03, já apreciados antes da decisão que **chamou o feito à ordem**.

38. Por fim, os autos vieram ao **Ministério Público de Contas** que por meio do Parecer nº 1.408/2023<sup>14</sup>, em parcial concordância como o entendimento técnico, manifestou-se pela regularidade das contas, aplicação de multas e recomendação à gestão municipal.

39. Após, em face do disposto no art. 110, parágrafo único da Resolução Normativa nº 16/2021 (Novo Regimento Interno TCE/MT) os responsáveis novamente foram intimados a, querendo apresentarem alegações finais<sup>15</sup>.

40. Neste diapasão, o **Sr. Marcelo de Alécio Costa** (Ex-Secretário Municipal Saúde) apresentou alegações<sup>16</sup>, na qual reafirmam os pontos elencados na Defesa, **principalmente o saneamento da irregularidade referente a existência de Dano ao Erário**.

41. É o relatório, no que necessário. Segue a fundamentação.

9 Documento digital nº 205669/2022

10 Documento digital nº 205670/2022

11 Documento digital nº 205674/2022

12 Documento digital nº 205675/2022

13 Documento digital nº 21836/2023

14 Documento digital nº 26779/2023

15 Documento digital nº 45117/2023

16 Documento digital nº 194558/2023





## 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.2. Mérito

42. Como relatado, os autos retornam especificamente para analisar as alegações finais acerca das irregularidades mantidas após a emissão de relatório técnico conclusivo. No caso, diga-se que todas as nuances das irregularidades, com as respectivas manifestações da equipe técnica, razões defensivas do gestor e o posicionamento do Ministério Público de Contas estão no Parecer nº 1.408/2023, que está devidamente anexado aos autos.

43. Aliás, no referido parecer o Ministério Público de Contas se manifesta de forma expressa sobre a inexistência de Dano ao Erário, o que parece ser o objeto de relevo das alegações finais.

44. Dessa forma, a presente manifestação irá se ater à análise das alegações finais, nos termos do art. 110 do Regimento Interno, *in verbis*:

Art. 110 Se, após a emissão do parecer ministerial nos processos de contas anuais e tomadas de contas, permanecerem irregularidades não sanadas, o Relator concederá às partes prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação das alegações finais sobre a matéria constante dos autos, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, vedada a juntada de documentos.

Parágrafo único. As alegações finais serão analisadas pelo Relator do processo, que as encaminhará ao Ministério Público de Contas, para manifestação no prazo de 3 (três) dias.

45. Em suas **alegações finais**, o o **Sr. Marcelo de Alécio Costa**, reafirmam todos os pontos elencados na peça defensiva quanto a irregularidade a eles imputada (GB03), que aliás foi a única mantida no parecer ministerial 1.408/2023.

46. Assim, considerando que, em linhas gerais os responsáveis não teceram novas considerações, **Ministério Público de Contas** reitera a opinião pela manutenção da referida irregularidade.



47. Assim, por tudo o que foi exposto, o **Ministério Público de Contas reitera integralmente** os direcionamentos e entendimentos colacionados no Parecer nº 1.408/2023, no sentido de que **a presente tomada de contas ordinária merece ser julgada regular**, diante do cometimento da irregularidade GB03, com a aplicação de multas aos responsáveis e expedição de recomendação à gestão.

### 3. DA CONCLUSÃO

48. Por todo o exposto, o **Ministério Público de Contas**, instituição permanente e essencial às funções de fiscalização e controle externo do Estado de Mato Grosso (art. 51 da Constituição Estadual), no uso de suas atribuições institucionais, **ratifica o Parecer nº 1.408/2023, e manifesta:**

49. a) pela **regularidade da presente Tomada de Contas Ordinária** instaurada para apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano causado na realização do Pregão Presencial nº 013/2020 que deu origem ao Contrato nº 15/2020 firmado entre a Prefeitura de Alta Floresta e a empresa E.C. ZOCANTE & CIA LTDA, ante o **saneamento** dos Achados nºs 01, 03 e 04 e a **manutenção** da irregularidade do Achado nº 02 (GB03);

50. b) pela **aplicação de multa**, com fundamento no art. 75, II, da Lei Complementar nº 269/07 c/c o art. 286, I, do Regimento Interno do TCE/MT, delimitadas por este Tribunal segundo os patamares estabelecidos no art. 3º da Resolução nº 17/2016:

**Sr. Marcelo de Alécio Costa**, Ex-Secretária Municipal de Saúde, pela seguinte irregularidade:

**2) GB03 LICITAÇÃO\_GRAVE\_03.** Constatação de especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que restrinjam a competição do certame licitatório (art. 40, I, da Lei 8.666/1993; art. 3º, II, da Lei 10.520/2002).

**2.1)** A exigência de que o sistema se utilize de banco de dados local e não web vem sendo tratada sistematicamente neste Tribunal como



sendo uma característica de direcionamento da licitação para determinada empresa e restrição à competitividade do certame. -  
Tópico - 3. DA ANÁLISE DOS FATOS REPRESENTADOS

51. c) pela **expedição de recomendação** a atual gestão da Prefeitura Municipal de Alta Floresta, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Complementar nº 269/2007, para que se **aperfeiçoe** os sistemas de controle de orçamentos, utilizando-se de todos os instrumentos para formação de preços médios em licitação, conforme normativas, resoluções e decisões desta Corte, a fim de sejam afastadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que restrinjam a competição do certame licitatório consoante dispõe o art. 40, I, da Lei 8.666/1993; art. 3º, II, da Lei 10.520/2002.

É o parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 15 de junho de 2023.

(assinatura digital)<sup>17</sup>

**WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR**  
Procurador-geral de Contas Adjunto

<sup>17</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.